

Negociações com o FMI continuam

FLAVIA SEKLES*

Correspondente

WASHINGTON - A equipe do governo brasileiro que negocia com o Fundo Monetário Internacional a carta de intenções que abrirá o caminho à linha de crédito de cerca de US\$ 30 bilhões passou o dia trancada com técnicos do FMI. Eles discutiram o programa anunciado na semana passada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, sua implementação e o cumprimento das metas acertadas com o Fundo, duas semanas atrás, para um superávit primário de 2,6% do PIB em 1999. As discussões deverão se prolongar até o fim da semana.

A única indicação de como as ne-

gociações prosseguiam ontem partiu do presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias. No início de uma conferência, Iglesias disse que as negociações entre Brasil e FMI "estão indo muito bem". É improvável, entretanto, que Iglesias tenha conhecimento específico sobre essa última rodada entre técnicos, liderada pelo Secretário de Política Econômica, Amaury Bier, sobre a carta de intenções.

Hoje, em Brasília, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, tem uma tarefa importante no plenário da Câmara: está encarregado de convencer os 513 deputados da necessidade de aprovação das medidas de ajuste que prevêem um esforço fiscal de R\$ 28 bilhões para o

ano que vem. Desta vez, o ministro deverá enfrentar mais resistências do que as que encontrou em sua apresentação no Senado, na última quinta-feira.

O aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,2% para 0,38%, a partir do ano que vem, e para 0,3%, nos anos 2000 e 2001, e a elevação dos descontos previdenciários dos servidores na ativa, além da introdução da contribuição dos inativos, são os temas mais polêmicos e que devem sofrer as maiores críticas. O aumento da alíquota do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) de 20% para 40% e a prorrogação de sua vigência também causarão muita discussão.

Da aprovação dessas e outras medi-

das, que o governo deve encaminhar ao Congresso Nacional ainda este ano, depende a retomada da credibilidade dos investidores estrangeiros no Brasil, que atualmente vêm tirando cerca de US\$ 300 milhões em média do país a cada dia. Além disso, o ministro destacou na semana passada a necessidade de se aprovar o ajuste para que os juros voltem a cair - podendo voltar aos 19% no ano que vem. Para que as taxas de juros básicas brasileiras atinjam o patamar esperado pelo governo em 1999, o Comitê de Política Monetária (Copom) já deverá promover a primeira redução nos juros em sua próxima reunião no dia 11 de novembro.

*Colaborou Vivian Oswald